

**ATA N.º 7/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2014. -----**

Aos sete dias do mês de Abril de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira e onde compareceram os Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). Foi justificada a ausência do Vereador Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) por motivos de saúde. --- Esteve ainda presente, secretariando a reunião, Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Administrativo. -----

Verificando-se quórum, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram vinte horas e catorze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: ----

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 4 de abril de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 98.862,99. -----

ATAS

Passou-se à apreciação da ata n.º 5/2014, de 17 de março de 2014. -----

----- O Vereador Francisco Cunha considerou incompleta a redação do último parágrafo da página quatro, considerou também que em relação ao que foi dito no período do público pelo munícipe Eduardo Costa, esta ata não reflete a essência daquilo que o munícipe disse, mais acrescentou que no decorrer desta reunião, o Presidente da Câmara teria dito que a medalha de Honra do Município não dignificava José Relvas, considerou que na ata nada consta sobre o assunto e que devia constar o que foi dito. O Presidente da Câmara contrapôs que não foi isso que disse, o que disse foi que José Relvas estava acima destas questões de atribuição de medalhas. -----

----- O Presidente da Câmara perguntou se o Vereador Francisco Cunha tinha alguma sugestão de redação relativamente aos pontos da ata sobre os quais está em desacordo, ao que o Vereador Cunha respondeu que não possui qualquer proposta de redação e opinou que o Presidente da Câmara deve mandar a pessoa que faz as atas voltar a ouvir a gravação e refazer a ata de acordo com o que foi dito. O Presidente da Câmara disse que a não ser que surjam situações nas atas que causem muitas dúvidas,

não vai adiar para próximas reuniões as redações das atas, daí o seu pedido para que sejam trazidas propostas de alteração às mesmas, para serem discutidas e votadas, método que deve ser seguido tanto agora como futuramente. O Vereador Francisco Cunha disse não concordar com a metodologia defendida pelo Presidente da Câmara, ao que este contrapôs que os vídeos das reuniões estão disponíveis para qualquer membro do Executivo analisar e apresentar as propostas que entender, com as redações que achar mais corretas. -----

----- O Vereador João Pedro Arraiolos concordou com a sugestão feita pelo Presidente da Câmara, dizendo que inclusivamente esta recomendação já foi feita em reuniões anteriores e porque na realidade os vídeos das mesmas estão acessíveis a qualquer membro do Executivo e estes podem apresentar as propostas de redação que acharem mais convenientes, para apreciação e votação. -----

----- O Presidente da Câmara pôs a redação da ata à votação tendo sido aprovada por maioria com o voto contra do Vereador Francisco Cunha. -----

----- O Vereador Francisco Cunha em declaração de voto disse que pelos motivos por si referidos durante a sua intervenção e por considerar que ata não reflete a realidade daquilo que se passou na reunião de câmara de 17 de março de 2014, votou contra a redação desta ata. -----

----- O Presidente da Câmara em declaração de voto disse que votou favoravelmente a ata da reunião de câmara de 17 de março de 2014, porque ela reflete o que se passou na reunião de câmara. Como metodologia de trabalho a seguir, sugeriu que qualquer alteração ao conteúdo e à redação das atas seja objeto de comunicação no momento da discussão desta matéria e assim nesses termos considerada pelo Executivo camarário.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Presidente da Câmara iniciou este período, dando a palavra aos elementos do Executivo que quisessem intervir sobre assuntos de interesse para o município. -----

----- No uso da palavra, o Vereador Francisco Cunha, perguntou o que é que o Presidente da Câmara pretendia fazer sobre o que aconteceu na última reunião de câmara, em que um munícipe deliberadamente ofendeu e atentou contra a sua honra enquanto vereador que representa parte da população de Alpiarça, nomeadamente

quem votou no Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), alegando que o Presidente da Câmara sempre aqui defendeu a elevação e dignificação do Executivo, nomeadamente nas intervenções por parte do público. Ou seja, se o Presidente da Câmara pretende aqui chamar o munícipe para vir aqui publicamente pedir desculpas pelo ocorrido ou tomar outras providências que se impõem nestes casos. O Presidente da Câmara respondeu ao Vereador Francisco Cunha, alegando que tendo sido este que se sentiu visado nessas ofensas, deve ser ele a avançar com o que lhe aprouver, até porque a ofensa aconteceu com a reunião de câmara parada e na ausência do Presidente da Câmara da sala das reuniões. -----

----- O Vereador Cunha disse que perante a ausência de resposta concreta por parte do Presidente da Câmara, apresentaria um requerimento, que passou a ler, para que no caso do munícipe Valdemar Sampaio Ferreira se recusar a retractar-se do seu ilícito publicamente em reunião de câmara, requeria o patrocínio judicial do ilustre advogado avençado da Câmara Municipal para o efeito, além de custear o Vereador de todas as custas judiciais, no que respeita à elaboração da queixa particular e à sua constituição em assistente no processo. Em suma o Vereador Francisco Cunha disse que o que estava a requerer é que a Câmara coloque à sua disposição o advogado da Câmara para intentar uma queixa contra o munícipe ou se assim não acontecer o Vereador arranjará um advogado e a Câmara paga. -----

----- O Presidente da Câmara disse que receberia o requerimento e que o iria remeter ao Gabinete Jurídico para análise e depois da informação recebida, o executivo discutirá aqui enquanto órgão colegial os procedimentos a levar a cabo. -----

----- O Vereador Francisco Cunha disse esperar que a resposta a este requerimento que acabou de entregar não demore tanto tempo como vem sendo usual com outra documentação, exemplificando com a demora na entrega da lista de processos que a Câmara tem em Tribunal. O Vereador Cunha acrescentou que relativamente à documentação, que tem estado presente em todas as reuniões de câmara, nunca faltou a uma única e que pede os documentos diretamente e que o senhor Presidente da Câmara em vez de lhe dar a documentação e responder diretamente, fá-lo por interpostas pessoas e ainda por cima mentindo em praticamente todos os pontos. Disse que em relação às AEC'S a documentação que pediu não tem a ver com a

empresa mas apenas com a troca de informação entre a Câmara e o Ministério da Educação e que as pessoas de Alpiarça e ele enquanto Vereador têm o direito conhecer essa informação. Acrescentou que o Presidente da Câmara continua a não lhe entregar a conta corrente, bem como o comprovativo de caução do Bar das Piscinas, dizendo ainda não concordar com a desculpa apresentada pelo Presidente da Câmara, quando alega que é uma situação que está em litígio e que é um assunto que está em segredo de justiça. Relativamente ao Parque de Campismo o Vereador Francisco Cunha disse que o senhor Presidente da Câmara já lhe entregou quase toda a documentação, mas que ainda lhe faltam duas peças, uma delas tem a ver com o comprovativo do depósito da caução e a outra tem a ver com a certificação da conta corrente do arrendatário, porque o que lhe foi entregue foi uma folha em excell, que não tem qualquer rubrica, assinatura ou selo branco. -----

----- O Vereador Francisco Cunha lamentou que o Vereador Carlos Jorge, após doze reuniões de câmara em que nunca lhe dirigiu a palavra, tenha vindo para a comunicação social dizer que é ele, o Vereador Cunha que é o culpado pelo actual clima de crispação que existe na Câmara e que enquanto a CDU e o PS estiveram na Câmara, tudo foi às mil maravilhas. O Vereador disse que em sua opinião e pelo contrário não há clima de crispação desde que está no Executivo. -----

----- O Vereador Francisco Cunha apresentou uma proposta no sentido de serem disponibilizados espaços editoriais dedicados ao PS e ao Todos por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) no Boletim Municipal, bem como o acesso participativo no Site Oficial da Câmara Municipal e no Facebook. -----

----- O Vereador Francisco Cunha apresentou um protesto pelo facto de há mais de 4 meses ter apresentado um requerimento no qual solicitava várias informações sobre o processo do arrendamento do Bar das Piscinas, as quais até à data não lhe foram dadas, tendo apenas recebido uma resposta do advogado avençado da Câmara Municipal a informar que há um litígio entre o arrendatário e a Câmara Municipal. Por isso irá solicitar às entidades competentes para que o senhor Presidente da Câmara e o Partido Comunista cumpram a Lei e lhe prestem as informações solicitadas. -----

----- O Vereador Francisco Cunha disse que há mais de três meses fez uma proposta sobre o incentivo à criação de emprego e até à data essa proposta não obteve ainda

qualquer resposta, o que considerou a prova provada que qualquer proposta que apresente à discussão ela é pura e simplesmente ignorada. -----

----- O Vereador Francisco Cunha disse que tinha consigo as contas fornecidas pelo Município à Fundação José Relvas dos quatro Legados deixados à Câmara Municipal e perguntou relativamente ao Legado José Relvas, porque é que estão por receber à Cooperativa Agroalpiarça as rendas desde 2004 até à presente data e como é que é possível manter um rendeiro destes, e como é que é possível nesta prestação de contas e na parte das receitas terem sido ignoradas as terras. Em relação ao Legado Manuel Nunes Ferreira, o Vereador Cunha considerou que há um saldo positivo deste legado no final de 2013 no valor de 138.503,19 euros e questionou onde está este dinheiro. Em relação ao Legado Ana Pereira Piscalho considerou que há um saldo no valor de 4.291,00 euros, que se trata de uma habitação a necessitar urgentemente de obras e perguntou se a Câmara de Alpiarça pretende recuperar a casa ou entregar o dinheiro à Fundação Relvas. Por último o Vereador Francisco Cunha falou do Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, que constaria de uma propriedade de cerca de 30 hectares na zona do Vale da Cigana, cujo rendimento seria para entregar na Fundação José Relvas e disse ter chegado à conclusão que as contas deste Legado estão em branco e que esta propriedade não está registada na Conservatória em nome da Câmara de Alpiarça e gostaria de saber o que aconteceu a esta propriedade. O Vereador Francisco Cunha considerou que estamos perante um caso de polícia porque desapareceu o património legado por testamento de Álvaro da Silva Simões à Câmara de Alpiarça. -----

----- O Presidente da Câmara disse que ele e o Vereador João Arraiolos iriam procurar responder às questões colocadas pelo Vereador Francisco Cunha. O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que preza muito a liberdade de expressão e que cada uma das forças políticas aqui representadas, cada um de nós, tem um conjunto de meios de fazer passar as suas opiniões sobre a autarquia e sobre o que acontece no mundo e que já por mais de uma vez aqui tinha dado a sua opinião sobre os espaços informativos da oposição nos órgãos de informação do Município de Alpiarça, cuja linha editorial é da responsabilidade do Presidente da Câmara, considerando que estes órgãos de informação devem falar a uma só voz, prometendo no entanto ir analisar a recomendação do Vereador Francisco Cunha, continuando no

entanto convencido que a Câmara de Alpiarça está a atuar nos termos da Lei. -----

----- Relativamente à proposta do Vereador Francisco Cunha de incentivo à criação de emprego, o Presidente da Câmara disse que remeteu para análise da maioria, mas tendo em conta que há nessa proposta um conjunto de matérias que têm impactos ao nível da receita e da despesa do município, em devido tempo e logo que haja consciência que poderão vir a ser implementadas algumas das medidas propostas pelo senhor Vereador, trará o assunto à discussão desta Câmara Municipal. -----

----- Relativamente às questões dos Legados deixou ao Vereador João Arraiolos a possibilidade de responder às questões mais gerais reservando-se no entanto o direito de prestar informações mais detalhadas, numa outra oportunidade. -----

----- Quanto à questão da entrevista ao jornal “O Mirante” dada pelo Vereador Carlos Jorge, deixaria ao mesmo a possibilidade de se pronunciar sobre a mesma. -----

----- No uso da palavra o Vereador Carlos Jorge em relação à entrevista, referiu que dispensava as preocupações do Vereador Francisco Cunha, a entrevista está lá, vale por ela, cada um tira as suas ilações e não teceu qualquer comentário sobre a mesma. -----

----- O Vereador João Arraiolos relativamente aos Legados, disse que é uma história que já tem umas dezenas de anos e que se consultarmos atas do Conselho de Administração da Fundação Relvas e da Câmara, daremos conta, que este assunto é recorrente, de vez em quando vem à baila e até parece que há aqui alguma coisa de novo. Acrescentou que na última Assembleia de Contribuintes, foi informado que houve uma reunião entre técnicos da Câmara e os técnicos da Fundação no sentido de se uniformizar a forma de apresentação das informações relacionadas com os legados, porque existem algumas imprecisões e incorreções devido à sua complexidade, tem de se trabalhar em conjunto de forma a procurar esbater essas imprecisões. Referiu que os Legados Álvaro da Silva Simões e Ana Pereira Piscalho foram doados à Câmara numa data anterior à criação da Instituição José Relvas, enquanto que o Legado José Relvas aponta claramente para a criação de uma Instituição e o Legado Manuel Nunes Ferreira já se refere também a esta mesma Instituição. Em todos os Legados se refere que será transferido o resultado líquido da gestão desses legados, sendo que no ano de 2013 foram transferidos 20.000 euros para a Fundação Relvas o que acaba por ser uma das maiores transferências desde há muitos anos, a esta parte. Mais acrescentou que o

Legado Manuel Nunes Ferreira consta de três prédios em Lisboa com algumas dezenas de anos, sendo que um deles necessita de uma intervenção de fundo no valor de centenas de milhares de euros, que a Câmara de Alpiarça não dispõe, daí que, fazendo uma gestão prudente terá de procurar assegurar a maneira desse Legado continuar em condições de se tornar rentável e não constituir prejuízos para a autarquia. Sobre o Legado Álvaro da Silva Simões sabe-se que houve uma permuta de terrenos com a Agroalpiarça, para assegurar a hipoteca de um empréstimo em 2007 ou 2008 e que esse assunto passou com certeza pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Acrescentou que a Cooperativa Agroalpiarça não é uma empresa alheia à Câmara, pois é detida pela mesma em 99%, e tendo tido uma gestão menos cuidada ao longo dos anos, levou-a a uma situação financeira desastrosa, é natural que não tenha tido capacidade de pagar as rendas e a câmara não se pode alhear dessa situação de haver um braço seu que está doente e felizmente que nos últimos anos está a procurar levar-se a Agroalpiarça para uma situação financeira normal, da qual nunca devia ter saído. --

----- O Presidente da Câmara não quis deixar de referir que em relação a esta transferência de verbas da Câmara para a Fundação José Relvas e que envolve uma empresa detida pela Câmara de Alpiarça, não deixa de ser estranho é que alguns dos grandes responsáveis por situações gravíssimas de gestão da Cooperativa que a levaram para uma situação financeira desastrosa, e que durante os mandatos em que cá estiveram não transferiram as verbas devidas para a Fundação José relvas, são aqueles que agora fazem a “caramunha” contra quem está a procurar equilibrar as situações e recuperar financeira e economicamente a Agroalpiarça. -----

----- O Vereador Francisco Cunha disse que apenas queria dizer duas coisas. A primeira, é que não estava à espera que lhe dessem todas as respostas hoje sobre o Legados, até porque compreende que há assuntos que se arrastam há anos, mas que a população de Alpiarça precisa de saber o que aconteceu com a propriedade do Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, nem que para isso façam uma auditoria sobre a anterior gestão da Câmara de Alpiarça que em tempos foi proposta mas não foi feita, para que se apurem responsabilidades. O Vereador Cunha disse que a segunda coisa de que queria falar era sobre a situação da Águas do Ribatejo e estava à espera que o senhor Presidente da Câmara hoje trouxesse aqui a informação do que se passou com esta

empresa e que segundo o Vereador, teria ficado provado que o Vereador não era demagogo nem populista e que a Águas do Ribatejo acabou de assumir que o Vereador tinha razão quando ele defendeu os interesses dos consumidores e da população de Alpiarça, enquanto o senhor Presidente da Câmara defendia a Águas do Ribatejo, afirmando que se fosse aprovado o que o Vereador aqui dizia, punha em causa a sustentabilidade da empresa, quando todos sabemos que a Águas do Ribatejo teve um lucro de mais de um milhão de euros. O Vereador Cunha concluiu dizendo que ficaria bem ao senhor Presidente da Câmara assumir aqui que não tinha falado a verdade e que quem defendeu a população foi o Vereador Francisco Cunha. -----

----- O Presidente da Câmara sobre a questão dos Legados disse que aquilo que lhe parece é que neste município o património não desaparece, o que aconteceu foi um conjunto de processos que se prenderam com emparcelamentos e permutas e que ele, de facto, enquanto Vereador da oposição, passou por uma situação em que foi à Câmara uma proposta de permuta de um terreno, mas que pensa que foram situações enquadradas e permitidas e que durante o mandato em que já foi Presidente da Câmara não houve qualquer situação de permutas. Quanto à questão da auditoria, o Presidente da Câmara disse que quando tomou posse no primeiro mandato foi feita uma auditoria às contas da Câmara, cujos dados foram utilizados para aprovação do Plano de Saneamento Financeiro e que a Câmara está sujeita a auditorias e fiscalizações por parte de entidades inspectivas. Acrescentou que na altura não aprovaram uma proposta da bancada do PS na Assembleia Municipal, porque aquilo que o PS queria era colocar no interior da Câmara, num momento muito difícil, como foram os primeiros meses do primeiro mandato CDU-(PCP/PEV), e na agenda da Comunicação Social, era que a nova gestão CDU teria suscitado a intervenção de entidades judiciais ou inspectivas em processos relativamente aos quais não tinha responsabilidade alguma. -----

----- O Vereador Francisco Cunha disse que não acredita que tenha sido feito uma permuta, porque no Legado Álvaro da Silva Simões a permuta foi só para um lado, o que mais pode ter acontecido foi uma doação ou seja o património do Legado desapareceu. Segundo o Vereador esta é a informação que consta de documentação enviada pela Câmara Municipal à Fundação José Relvas. -----

O Presidente da Câmara em resposta a esta afirmação do Vereador Francisco Cunha, disse que os serviços municipais irão ser indagados para darem uma resposta concreta ao que de facto aconteceu ao património do Legado Engenheiro Álvaro da Silva Simões.

----- Relativamente ao assunto Águas do Ribatejo o Presidente da Câmara explicou que o que foi deliberado na última Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, foi que os resultados líquidos da empresa, fossem a partir do tarifário de 2015, objeto de atenuação ou eliminação daquilo que foi aprovado nos vários municípios que constituem a Águas do Ribatejo, de um aumento parcelar do Saneamento de 10%. Informou ainda que o resultado líquido positivo apurado de 1,8 milhões de euros no exercício de 2013, inclui a incorporação de um incentivo fiscal de quase 1 milhão de euros, sem o qual o resultado se situa num pouco mais de 800.000 euros, abaixo do resultado de 2012, mas é de facto um resultado positivo que contribui para o processo de sustentabilidade da empresa. O Presidente da Câmara informou ainda que foi decidido que este saldo positivo vai ser repercutido de forma positiva junto dos consumidores em 2015, com mexidas no tarifário social que vão permitir a mais famílias e a mais utentes serem integrados nestes escalões e também pelas revisões em baixa nas atualizações de tarifários anteriormente previstas. Finalizou opinando que a empresa Águas do Ribatejo, sendo uma empresa municipal 100% pública, vai continuar a garantir a sustentabilidade, vai continuar a ser das empresas a investir mais na nossa região, vai continuar a melhorar as condições de abastecimento de água e de saneamento e vai continuar a praticar os preços mais baixos desta região.

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS

Ponto 1 - Município de Alpiarça – Proposta do Sr. Presidente da Câmara - Proposta de Ratificação da Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Alpiarça e o Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça”. -----

----- O Presidente da Câmara disse tratar-se de uma proposta de colaboração a estabelecer com este Clube para a futura utilização das futuras instalações do Parque de Base Formativa e Recreativa do Casalinho, dando a palavra ao Vereador João Arraiolos para fazer o enquadramento desta proposta. -----

----- No uso da palavra o Vereador João Arraiolos, disse que esta proposta se trata de

um instrumento para reforçar o mérito da candidatura a fundos comunitários, já entregue, do Parque de Base Recreativa e Formativa do Casalinho, onde através deste protocolo de colaboração, entende-se aqui como uma cooperação direta com o C.D. “Os Águias”, tendo como objetivo a utilização deste mesmo parque para o desenvolvimento e a prática de atividade desportiva de âmbito formativo e recreativo que é um dos objetivos da candidatura. -----

O Vereador Francisco Cunha no uso da palavra disse que o senhor Presidente da Câmara sabe a sua posição desde o início sobre esta candidatura à eventual construção do Parque de Base Recreativa e Formativa do Casalinho e chamou a atenção da eventual ilegalidade do protocolo por estar assinado pelos representantes das duas entidades e não ter data, tendo o Presidente da Câmara respondido que se trata apenas de uma cópia da minuta, mas que pode fornecer cópia do original. O Vereador Francisco Cunha continuando no uso da palavra disse não concordar com o protocolo, porque não está explicado no mesmo quem é que vai pagar às duas pessoas que vão tomar conta do Parque, se é a Câmara ou se é o C.D. “Os Águias” a ter de pagar, e se tiver de ser este último, opinou que o mesmo não tem condições de o fazer. O Presidente da Câmara contrapôs que neste Protocolo nada está referido sobre custos com pessoal, tendo o Vereador Cunha dito que é um assunto que consta do ponto seguinte da ordem de trabalhos. O Presidente da Câmara informou o Vereador Cunha de que se deveria cingir ao ponto em discussão e ao seu papel de Vereador e não agir como se representasse aqui o referido Clube, sugerindo que se passasse à votação do ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com o voto contra do Vereador Francisco Cunha que em declaração de voto disse que tinha votado contra por considerar que o protocolo não lhe parece correto, porque está assinado pelos dois outorgantes sem ter a data e também que este documento é muito vago em relação ao compromisso que a Câmara está a assumir com o C.D. “Os Águias”. -----

Ponto 2 - Município de Alpiarça - Informação Técnica de Obras n.º 22 de 27 de março de 2014 - Informação sobre Aviso de abertura de Concurso n.º 1/ECL/2014 – (Alent – 35-2014-05) do processo de candidatura da operação: “Parque de Base Recreativa e Formativa – Casalinho – Alpiarça”. -----

----- O Presidente da Câmara disse tratar-se de uma informação produzida pelo

Gabinete Técnico de Obras sobre o Aviso de abertura de Concurso n.º 1/ECL/2014 – (Alent–35-2014-05) do processo de candidatura da operação: “Parque de Base Recreativa e Formativa – Casalinho – Alpiarça, acrescentando que este documento constitui uma peça do documento de candidatura que tem de ser aprovada pela Câmara Municipal, ou seja a Câmara tem de autorizar esta candidatura e a memória descritiva e justificativa, que é o documento que aqui está presente. -----

----- O Vereador Francisco Cunha disse que esteve a analisar o quadro de sustentabilidade onde está prevista a afetação de 2 pessoas com o custo anual de 10.000 euros o que corresponde a um salário inferior ao salário mínimo e questionou também como tinham obtido uma previsão de receitas de 20.000 euros, considerando o documento falseado, uma vez que sabem que não será possível obter aquele valor de receitas. Ao que o Presidente da Câmara respondeu que esta informação era da autoria do Sr. Eng.º Vaz Portugal e que o mesmo não se encontrava presente, como tal desconhece as suas bases de cálculo e não tem uma resposta concreta para dar ao senhor Vereador. O Presidente da Câmara acrescentou que as posições sobre este projeto e esta candidatura já são bastante conhecidas e têm sido alvo de outros debates, verificando-se que há uma maioria no Executivo que procurando aproveitar fundos comunitários que de outra forma se perderiam, quer trazer para Alpiarça um equipamento que servirá não só para a prática desportiva, mas também para a requalificação urbanística de toda aquela área do Casalinho e que há uma oposição que por todos os meios se opõe a esta candidatura. Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com o voto contra do Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 3 - Município de Alpiarça - Secção de Património, Compras e Aprovisionamento - Parecer Prévio Vinculativo nos termos do disposto no artigo 73º da lei 83-C/2013 (Lei do Orçamento do Estado para 2014), sobre o Contrato de “Aquisição de Serviços na área dos Seguros” à Empresa Companhia de Seguros Açoreana, S.A. (NIF 512 004 048). -----

----- O Presidente da Câmara disse tratar-se de um despacho aprovado pelo Vereador João Pedro Arraiolos, que vem aqui para ratificar, um Parecer Prévio Vinculativo para “Aquisição de Serviços na área dos Seguros” à Companhia de Seguros Açoreana, SA, dando a palavra ao Vereador em causa para fazer o seu enquadramento.

----- O Vereador João Arraiolos no uso da palavra disse que está a decorrer na CIMLT um novo concurso público internacional, havendo no entanto algumas apólices que ainda estão abrangidas pelo anterior concurso realizado em 2010, havendo necessidade de as renovar por mais um ano enquanto o concurso está a decorrer e indo apanhar ainda o ano de 2015, daí a necessidade da emissão do parecer prévio vinculativo de autorização aos pagamentos plurianuais. -----

----- Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade, com a ausência do Vereador Carlos Jorge em virtude da informação ter sido assinada por um seu familiar. -

Ponto 4 - Município de Alpiarça - Secção de Património, Compras e Aprovisionamento - Pedido de aprovação de Minuta de Contrato de “Aquisição de Energia para Instalações Alimentadas em BTN, BTE e MT”, no valor € 821.691,20+IVA.

----- O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao Vereador João Arraiolos para fazer o seu enquadramento, o qual no uso da palavra disse que estamos aqui em mais uma etapa deste processo, sendo que da última vez que o assunto veio a reunião de Câmara, foi no sentido de se aprovar a adjudicação a esta empresa, EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., depois do acordo de quadros, ficando depois a minuta de contrato dependente da prestação de uma caução no valor de € 41.084,56 euros, caução essa que já foi prestada pela empresa, estando assim em condições de ser aprovada a minuta do contrato. -----

----- O Vereador Francisco Cunha disse que não tem nada contra este contrato, acreditando que o Executivo está a fazer o seu melhor neste assunto. Disse que a sua intervenção ia no sentido de chamar a atenção para um problema recorrente em Alpiarça que são cortes frequentes no fornecimento de energia, com os consequentes prejuízos para os consumidores, tendo-se tentado informar sobre o assunto e foi-lhe dito que há três classes de fornecimento de energia, com o mesmo custo, e apelou para a possibilidade do Executivo saber se a EDP está a colocar em Alpiarça a melhor energia, e em caso negativo, exigir que a empresa o faça. Mais adiantou que esta sua observação estava a ser feita sob reserva e apenas com o intuito de tentar melhorar a qualidade do serviço prestado pela EDP, uma vez que não teve oportunidade de confirmar a veracidade das informações que obteve. -----

----- Respondendo à questão colocada, o Presidente da Câmara informou que se

realizou recentemente uma reunião conjunta de presidentes da Câmara da CIMLT com membros da administração da EDP Distribuição, em que esse problema foi mais uma vez colocado, porque é uma questão transversal à maioria dos município desta zona da lezíria e do médio Tejo, havendo a promessa por parte da EDP em relação a Alpiarça, quando confrontada pela sua parte, com essa situação descrita pelo Vereador, de colocar em Alpiarça uma nova Estação de Transformação, no próximo ano, para servir a nossa Zona Industrial, mas que segundo os mesmos responsáveis terá repercussões positivas no resto do Concelho. -----

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por unanimidade, com a ausência do Vereador Carlos Jorge em virtude da informação ter sido assinada por um seu familiar. -

----- Neste momento foi feito um intervalo, tendo os trabalhos sido interrompidos às 22h20 e retomados às 22h34. -----

Ponto 5 - Município de Alpiarça – Proposta n.º 12/2014 do Sr. Vereador João Arraiolos - Proposta de Nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Alpiarça, para os anos 2014, 2015 e 2016 nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro. Remeter à Assembleia Municipal. -----

----- O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao Vereador João Arraiolos para fazer o enquadramento desta proposta, o qual no uso da palavra disse que esta nomeação decorre de uma obrigação legal prevista do n.º 1 do art.º 77 da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, em que a nomeação deverá ser feita por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, nesse sentido a Câmara de Alpiarça propõe a nomeação da empresa G. Marques, SROC, Unipessoal, Lda. como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Alpiarça, para os anos de 2014, 2015 e 2016. -----

----- O Vereador Francisco Cunha perguntou se tinham pedido propostas a outras empresas para fazer este trabalho, ou se houve convite apenas a esta empresa, ou que tipo de condições oferecia esta empresa melhor do que as outras para terem optado por esta nomeação, ao que o Vereador João Arraiolos respondeu que após a entrada em vigor da Lei 73/2013, a Câmara de Alpiarça foi contactada por várias empresas que prestam serviço nesta área a nível nacional, tendo algumas delas apresentado preços e condições e que o Executivo após ter procedido a uma análise informal, fez um

concurso de ajuste direto com esta empresa, considerando-a como a que estaria em melhores condições de fornecer este tipo de serviço à Câmara Municipal de Alpiarça. --

----- Ouvidas as explicações dadas pelo Vereador João Arraiolos, o Vereador Francisco Cunha disse que procurou saber quem era esta empresa que a Câmara de Alpiarça estava a nomear e deparou-se com informações de que esta esta empresa era da Marinha Grande e já prestaria serviço noutras câmaras da CDU e pertenceria a um destacado militante do PCP, situação que disse não o preocupar. Disse que se preocupava sim é que outras câmaras de maiores dimensões e com maiores orçamentos teriam contratado idênticos serviços por valores substancialmente mais baixos, como é o caso das câmaras vizinhas de Almeirim e da Chamusca e aconselhou a Câmara de Alpiarça a pedir outras propostas a outras empresas de modo a conseguir a contratação do mesmo trabalho por valores inferiores, provavelmente por metade do preço que a câmara vai pagar a esta empresa. -----

----- O Presidente da Câmara em resposta ao argumentado apresentado pelo Vereador Francisco Cunha, disse que foi feito o ajuste direto com esta empresa, considerando-a como a que estaria em melhores condições de fornecer este tipo de serviço à Câmara Municipal de Alpiarça e ao longo de 2014 serão avaliados os serviços prestados pela empresa, podendo o contrato ser mantido ou revogado ou renegociado.

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com o voto contra do Vereador Francisco Cunha. -----

----- O Vereador Francisco Cunha em declaração de voto, disse que votava contra esta proposta porque claramente demonstrou e comprovou que municípios de maior dimensão e maior orçamento, contrataram empresas de revisores oficiais de contas tão credíveis como a que foi aqui apresentada, por valores significativamente inferiores, tendo-o comprovado por documentos e tem a certeza que o município de Alpiarça poderia contratar para o mesmo serviço por valor substancialmente inferior, levando a sua motivação e a sua análise, de que é mais um serviço para um “boy” do PCP. -----

----- O Presidente da Câmara em declaração de voto, disse que tinha votado favoravelmente esta proposta porque de entre os diversos currículos e propostas recebidas esta era aquela que oferecia melhores condições à Câmara de Alpiarça, de qualquer forma ao longo do exercício de 2014 iriam avaliar a prestação desta entidade,

iriam aferir de outras eventuais propostas e currículos e no devido momento decidiriam manter ou revogar este contrato. -----

Ponto 6 - Município de Alpiarça – Proposta do Sr. Presidente da Câmara - Proposta de Protocolo de colaboração entre o Município de Alpiarça e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Eustáquio de Alpiarça – Apoio à realização de obras de requalificação. -----

----- O Presidente da Câmara informou que a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Eustáquio de Alpiarça está a proceder a obras de requalificação da Igreja Matriz de Alpiarça, cujas obras estão orçamentadas em € 68.047,00, e estão a ser levadas a cabo com o financiamento do PIDDAC e da DGAL no valor de € 23.816,00 o que corresponde a 35% do valor comparticipável da obra, ficando a cargo da Fábrica da Igreja, na qualidade de entidade promotora, o valor de € 44.231,00. Tendo em conta o valor patrimonial e arquitetónico do imóvel, bem como a função social e cultural que a entidade detentora desempenha, o Executivo entende atribuir um subsídio para apoiar a execução da obra no montante de € 12.000,00. -----

----- Não se registando qualquer discussão sobre o assunto o ponto foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 6 - Município de Alpiarça – Informação Técnica de Obras n.º 23 de 31 de março de 2014 - Parecer Técnico sobre Direito de Preferência dos lotes n.ºs 106 e 107 da Zona Industrial de Alpiarça. -----

----- O Presidente da Câmara fez o enquadramento do ponto, informando que se trata de uma questão relativa ao exercício ou não ao direito de preferência relativa aos lotes 106 e 107 da Zona Industrial. Tal como noutras situações, a proposta apresentada é pela opção do não exercício do direito de preferência, até porque no caso em concreto aponta-se para um valor de € 238.834,57€. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Finda a Ordem de trabalhos o Presidente da Câmara deu início ao período do público. -----

PERÍODO DO PÚBLICO

O Presidente da Câmara começou por dar a palavra ao munícipe Eduardo Costa, que lamentou que a ata hoje aprovada não o tivesse sido por unanimidade e segundo se

apercebeu o voto contra prendeu-se com questões relacionadas com a sua intervenção nessa reunião. Seguidamente o munícipe Eduardo Costa abordou a questão do incentivo à economia local, dizendo que gostaria de se referir a três situações que não contribuíram para o incentivo à economia local, realçando como primeira situação o facto das inúmeras fotos que a Câmara coloca nos seus eventos, uma vez que no concelho existem dois ou três fotógrafos com o seu pequeno negócio e as inúmeras fotos colocadas podem prejudicar estes pequenos negócios. Como segunda situação abordou a questão do advogado avençado pela câmara que não é de Alpiarça e talvez hajam em Alpiarça advogados, até desempregados, que possam desempenhar essas funções e como terceira situação o assunto da empresa ROC que vem da Marinha Grande quando localmente podem haver pessoas para fazer o mesmo trabalho por preços inferiores. Terminou a sua intervenção abordando a questão da redução de preços anteriormente propostos nos tarifários da empresa Águas do Ribatejo, sentindo-se congratulado por esta empresa ter recuado nalguns tarifários, em parte devido à sua intervenção e um dos quais teria um aumento superior a setenta por cento. -----

Seguidamente o Presidente da Câmara deu a palavra ao munícipe Vitor Mourato, que no uso da palavra felicitou não só o atual Executivo, como outros anteriores, pelo trabalho e a obra feita no Concelho de Alpiarça ao longo dos anos em prol dos alpiarcenses e aproveitou também a oportunidade para elogiar as Comemorações do Centenário, nomeadamente com a apresentação do espetáculo levado a cabo ontem, dia 6 de Abril, na zona da Barragem dos Patudos. -----

----- O munícipe Octávio Augusto finalizou a intervenção por parte do público, começando por felicitar o Executivo pela forma como têm tratado o Centenário do Concelho dando-lhe os parabéns pelo memorável espetáculo de música e fogo de artifício que teve lugar ontem na zona da Barragem dos Patudos. Continuou, alegando que tanto ele como o senhor Presidente devem congratular-se de pertencerem a um partido que não tem nenhum presidente de câmara ou vereador preso ou fugido para o estrangeiro por ser corrupto ou por ter usado os dinheiros públicos em seu benefício. Disse que é com orgulho que vê a forma como o senhor Presidente e o Executivo da CDU de forma transparente e dando o corpo às balas, aqui enfrenta aquilo que até chega a ser calunioso, opinando que insinuações e calúnias só cabem em quem

consegue ter chapéu para enfiar a carapuça. Finalizou dizendo que temos todos os exemplos de honestidade e de seriedade que relevam todo o trabalho que fazemos no poder local em defesa das populações. Se houver dúvidas sobre a honestidade com que a CDU desenvolve o trabalho no Município de Alpiarça, nada como recorrerem ao Ministério Público, para averiguarem se há negócios estranhos, se há “boys” a beneficiarem com essas negociatas. -----

O Presidente da Câmara após a intervenção dos vários munícipes teceu as seguintes considerações finais. -----

----- Relativamente à intervenção do munícipe Eduardo Costa, o Presidente da Câmara disse que a ata n.º 5/2014 da reunião de câmara de 17 de março de 2014, hoje aprovada, contém no essencial aquilo que foi tratado nesta reunião, alegando que nunca nesta câmara as atas com o mesmo número de pontos na ordem de trabalhos tiveram a minúcia e o número de páginas que têm tido neste mandato, para além do facto de que estando os vídeos das reuniões publicados no youtube, os vereadores têm a possibilidade de propor nova redação, que poderá ou não ser acolhida pelos restantes membros do executivo. Relativamente ao assunto das Águas do Ribatejo o Presidente da Câmara referiu que o assunto já foi tratado em diversas ocasiões, foi abordado numa reunião aberta à população, continuando o munícipe nas posições que tinha antes, independentemente das explicações, independentemente de tanto esforço, quanto a isso não há muito a fazer, concluindo sobre esta matéria que há perante os resultados apurados aquando da prestação de contas de 2013, um conjunto de decisões da Empresa que terão repercussões no futuro. Quanto às questões sobre o projeto do Casalinho, acha que ele está muito bem fundamentado e acha que ele mereça uma nota de mérito elevado e que seja aprovada a sua candidatura pelo INALENTEJO e que possa ser executado, porque está convicto que é uma infraestrutura que faz falta ao concelho e que terá um impacto positivo e reabilitará o espaço. -----

Relativamente às intervenções munícipes Vitor Mourato e Otávio Augusto, agradeceu em nome do Executivo as suas palavras de apreço às comemorações do Centenário, dizendo-se em completa sintonia no que toca ao restante teor das suas intervenções. --

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte e

três horas e cinquenta e um minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----
E eu, Ana Cristina Lima Ferreira, assistente administrativo, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----